

## CHAMADA DE TRABALHOS PARA O VOLUME 11, NÚMERO 1, ANO 2026

Com o intuito de incentivar a produção acadêmica no âmbito das ciências do Estado, a Equipe Editorial da Revista de Ciências do Estado (Revice/UFMG) torna pública a presente chamada, referente à composição do dossiê do volume 11, número 1, ano 2026. O tema do dossiê desta edição será **IDEIAS DE *OUTRO* LUGAR: ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**.

Nossos esforços, nos dois últimos dossiês, centraram-se na busca por perguntas e respostas que perscrutassem o conceito de Estado, colocando em xeque sua(s) história(s), seu(s) valor(es) e suas formas de institucionalização sobre a *universalidade* ligada ao conceito de Estado — se é que isso é possível. No entanto, há de se reconhecer que os vícios dualísticos sempre falam alto na seara do conhecimento das Humanidades, o que torna difícil pensar o universal sem sua outra face, o *particular*. Assim, talvez seja o caso de dar um passo atrás e reiniciar a nossa discussão.

A face particular do Estado é aquela que se concretiza na realidade, que *exsurge* e se impõe, em certa medida, como a *verdade* de um povo, que carrega uma história própria, valores singulares e formas específicas de organizar o poder. Há algumas décadas que intelectuais buscam incessantemente distanciar-se das formas de colonização que continuam a assolar o pensamento que se forma no centro-sul da América. Estes defendem, lutam e comungam por outras produções de conhecimento que não se encerram, apenas, naquela advinda dos centros hegemônicos de poder. Por outro lado, alocar esses estudos latino-americanos como estudos particulares não seria conduzir a uma reafirmação dessa dimensão de colonização? Isto é, de que o centro são eles e o diferente somos nós?

Etimologicamente, a palavra *outro* vem do latim *alter*, e significa aquilo que é diferente, o segundo entre dois, o *outro* de dois. Já aqui aparece um dado decisivo, *alter* não é simplesmente o estranho absoluto, mas aquele que se distingue *em relação* a um primeiro, frequentemente dentro de uma mesma ordem. Então, o *outro* não se define pela exclusão total, mas por uma relação assimétrica, na qual sua diferença é constantemente medida, traduzida ou subordinada a parâmetros que não lhe são próprios. Falar em “ideias de *outro* lugar” não significa, assim, reivindicar uma exterioridade pura ou um isolamento identitário, mas tensionar o centro a partir de uma posição historicamente situada, marcada por experiências, conflitos e formas de vida que resistem à completa assimilação. O “*outro* lugar” não é apenas geográfico, é epistemológico e político, pois revela os limites dos conceitos que pretendem

organizar o mundo de maneira universal, ao mesmo tempo em que exige que se repense para quem, por quem e a partir de quais realidades pode-se pensar.

Questionar esse *particular* é indagar-se pelas perguntas que nascem desde aqui, pelos anseios próprios. Quiçá seja melhor tratar de uma certa singularidade, do que propriamente de uma particularidade, não como exceção ao universal, mas como produção própria de sentido, capaz de tensionar, deslocar e reconfigurar os próprios termos em que o universal é pensado. Uma investigação sobre os fundamentos, limites e possibilidades convida, nesse sentido, a um movimento de introspecção crítica acerca das bases do nosso próprio saber político.

Ao voltarmos o olhar para a América Latina, a pretensa universalidade das estruturas teóricas entra em colisão com a realidade concreta das margens. Longe de configurar uma aporia ou uma simples inadequação ontológica, esse deslocamento constitui um *locus* privilegiado de produção de sentido. É na tensão entre a categoria teórica e a experiência social que a cultura deixa de ser mero reflexo para afirmar-se como *matriz* produtora de instituições, práticas políticas e formas de resistência.

Convidamos, assim, autoras e autores a se debruçar sobre esses horizontes epistêmicos em que essas ideias de *outro* lugar são assumidas como ponto de partida. O objetivo é elucidar como identidade e resistência se entrelaçam na construção de uma racionalidade política que, embora dialogue com o universal, enraíza-se profundamente nas disputas, contradições e complexidades do nosso tempo e território.

Este dossiê, portanto, propõe escancarar as veias da América Latina, perscrutando as fissuras da autoridade pública e as mutações da soberania não pela ótica da carência ou do atraso, mas a partir da potência da imaginação institucional. Em um cenário no qual as dinâmicas globais de poder, bem como as crises climáticas e sociais, tensionam as fronteiras das comunidades políticas, torna-se imperativo questionar:

Como práticas e saberes subalternizados podem reconfigurar categorias teóricas consideradas universais? Quando o *outro* lugar não é exclusão, mas produção de sentidos e resistências? Como a imaginação institucional abre caminhos para pensar políticas públicas e coletivas fora dos moldes eurocêntricos? De que maneira a cultura pode ser pensada não como reflexo, mas como produtora de instituições e formas políticas? Como o pensamento latino-americano desafia as fronteiras disciplinares, geográficas e metodológicas? O deslocamento de ideias clássicas de Estado, sociedade, política para o contexto da América Latina ganham novos sentidos? Criam perspectivas? O que são esses conceitos que nos organizam: poder, política, Estado? Ou melhor, para *quem* os são? A fim de que o são? De que modo práticas e saberes historicamente situados às margens do imperialismo reconfiguram a

compreensão do todo? Como as teorias e as *práxis* latino-americanas, ao desafiarem teleologias e determinismos, oferecem novas categorias de pensamento e comportamento à humanidade? O que revelam as crises sociais e institucionais recorrentes na América Latina sobre os limites das teorias tradicionais do Estado? Como o Estado incorpora (ou não) saberes, práticas e rationalidades não hegemônicas? Quais disputas conceituais emergem quando o centro deixa de ser Europa e/ou América do Norte e se situam as *outras Américas* como horizonte de conhecimento? Que contribuições os estudos decoloniais oferecem para repensar a produção de conhecimento nas ciências do Estado? Quais são os desafios e possibilidades de aplicar conceitos como “espaço” e “território” fora das matrizes teóricas hegemônicas? Como pensar a produção de conhecimento institucional a partir de uma experiência latino-americana sem recorrer à lógica do atraso, da incompletude ou da correção normativa? Quais novas categorias podem emergir quando o *outro* lugar é assumido como ponto de partida? Como a posição periférica dos países latino-americanos pode ser convertida em horizontes teóricos e não restrita a condições de subordinação histórica e institucional? Com qual América Latina nos defrontamos ao nos questionarmos sobre essas *particulares* formas de institucionalização do poder, de fazer política e de organizar o Estado? *Afinal, o que é a América Latina?*

Este número engloba, portanto, trabalhos sobre: Ciências do Estado e Epistemologias, incluindo Teorias do Conhecimento, Decolonialidade, Geopolítica do Conhecimento, Produção de Conhecimento e Interdisciplinaridade; Instituições e Formas de Estado, abrangendo Neoconstitucionalismo Latino-americano, Soberania, Democracia, Republicanismo, Justiça, Cultura Política e Política Contemporânea; História e Resistência na América Latina, com foco em Ditaduras, Direitos Humanos, Dignidade Humana, Identidade, Povos Indígenas, Saberes Tradicionais, Multiculturalismo e Crises Sociais; Dinâmicas Territoriais e Econômicas, abordando Geopolítica, Imperialismo, Capitalismo, Desenvolvimento, Espaço, Territorialidade; além de contribuições transversais das Ciências Humanas e Sociais, notadamente nos campos da Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Educação e Geografia e de modo transdisciplinar, ou pós-disciplinar, contribuições que dialoguem com a Física, as Ciências Biológicas, as Engenharias, as Neurociências e outras áreas que contribuem para um conhecimento de fronteira com as Humanidades.

I - A publicação da Revice dar-se-á em fluxo contínuo.

II – A Revice receberá trabalhos para o presente do dossiê a partir da data de sua publicação até 12 de abril de 2026.

III - Os trabalhos cujo processo de avaliação e correção não se encerrarem até 30 de junho de 2026 serão publicados nos números seguintes da Revice.

IV - Todas as políticas de submissão da Revice, bem como suas políticas editoriais, se encontram em seu site oficial.

V – Serão aceitos apenas artigos, ensaios, resenhas, traduções inéditas e memórias históricas.

VI – Os trabalhos de temática livre continuam a ser aceitos pela Revice.

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2026.

Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca  
Editor-Chefe da Revice

Lucas Antônio Nogueira Rodrigues  
Editor-Chefe Adjunto da Revice